

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE ABRIL DE 2007

---Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas 21H20M, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. ---

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

Ponto 2 – Eleição de Elemento para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - substituição

Ponto 3 – Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação das Taxas e Compensações

Ponto 4 – Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2006

Ponto 5 – Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício

Ponto 6 – Revisão Orçamental

Ponto 7– Conselho Municipal de Segurança – Instalação e Proposta de Regulamento

Ponto 8 – Concurso Público Internacional para a Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais – Constituição de Júri

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo Secretários, Sr. Rui Augusto Nabais e a Sr.ª D. Maria de Fátima Duarte Alves de Brito Martins. -----

---Encontravam-se presentes os Deputados Municipais senhores Ana Alexandra Ferreira Gaspar, António Batista Marques, António Luís Lavado dos Reis, António Montez Amaral, Francisco António Galvão Morgado, Helena Isabel Silva Mata, Manuel Camilo Figueiredo, Hernâni Sequeira Dias Ferreira, Hugo José Jansen Rodrigues Felizardo Caldeira, João Manuel Couchinho, Joaquim Luís da Silva Borda D' Água, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Joaquim Brás dos Santos, José Luís Marques dos Santos, José Fernandes Gonçalves Alexandre, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luís Eduardo Morgado Salvaterra da Silva, Luís Manuel Leandro da Silva, Manuel da Silva Simões Ramos, Maria Camila Agostinho Botão Mirradinho, Maria da Conceição Pinto Maurício de Sousa, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Arlindo Alves Gomes, António Maria Calixto e Silvino José da Silva Lúcio. -----

---Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, José Manuel Isidoro Pratas, Marco António Leal Pereira, António José Mateus de Matos, António José Costa da Cruz e António José Fonseca Nobre, Vereadores. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar da substituição dos Senhores António José Rodrigues, Herculano Valada Martins, Rafael Ramos dos Santos e Rodrigo Valada Pimentel pelos Srs., respectivamente, João Carlos Ferreira Ramos, que não compareceu, Manuel Camilo Figueiredo, Arlindo Alves Gomes e António Maria Calixto. -----

Mais informou de estar constituída a Mesa, haver “quórum” e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu ainda que por se tratar de uma reunião ordinária haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

--- Tomou a palavra a Sra. D. Lídia, munícipe de Casais de Além e membro da Comissão de pais da escola daquela localidade, para se manifestar contra o encerramento da escola. -----

--- De seguida interveio mais um membro daquela comissão, a Sra. D. Raquel Catarino, que relatou ser um dos argumentos da DREL a necessidade de centralizar os alunos numa escola maior, quando a escola de Casais de Além tem excelentes condições físicas para se manter em funcionamento, com jardim, parque infantil, vedação, casas de banho, arrecadação, janelas, quadro de giz, sala de apoio, mobiliário, ar condicionado, instalação eléctrica, iluminação adequada, computadores com acesso à Internet, tudo construído e adquirido de novo, não se rentabilizando o investimento e condicionando o sucesso dos alunos. -----

--- Interveio o Sr. Pedro Silva, também munícipe e membro da comissão de pais, para acrescentar mais alguns reparos ao encerramento da referida escola. Fez menção ao comunicado que a Câmara fez à População relativamente às disposições da DREL, à troca de correspondência entre a Câmara e aquela entidade e à responsabilidade de quem aprovou a Carta Educativa no Concelho de Azambuja, chamando a atenção para alguns aspectos mencionados naquele documento. -----

--- Seguidamente interveio o Sr. Dr. Jorge Lopes para dizer que se solidariza inteiramente com as preocupações da população de Casais de Além relativamente ao encerramento da sua escola e para informar de que, após ter apresentado queixa-crime de todas as acusações de que foi objecto por parte do Jornal Fundamental, os Tribunais do Cartaxo e da Relação consideraram-nas falsas e difamatórias. Agradeceu a todos os partidos políticos que se solidarizaram com ele desde o início deste processo, que remonta ao ano de 2002. -----

--- Pediu a palavra o Sr. Francisco Guedes Amorim para falar sobre a adjudicação do bar do Jardim Urbano. Relativamente a este assunto, pretendeu saber se a concessão foi já atribuída, quando será divulgado o seu resultado, a entidade do concessionado e quantas candidaturas foram recebidas pela Câmara para esta concessão. -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que aproveitou para cumprimentar todos os presentes, e para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções anteriores. -----

Começou por dizer que sobre o Bar do Jardim Urbano já houve concurso público, o prazo de entrega das propostas e de abertura se processou na passada semana, tendo havida apenas um concorrente. Está ainda a decorrer o processo, que irá posteriormente à consideração da comissão de apreciação. Relativamente às questões colocadas pelos habitantes de Casais de Além, o Sr. Presidente referiu que a ilegalidade levantada no decurso do ano 2005 é matéria a ser investigada no âmbito da DREL, uma vez que a responsabilidade pedagógica do funcionamento das escolas não é das Câmaras. -----

Quanto à carga horária a que estão sujeitos os alunos do ensino básico, o Sr. Presidente voltou a referir que a Câmara não tem intervenção, uma vez que a orientação é feita pelo ministério. Quanto ao modelo de ensino existem duas correntes. Uma que é pelo ensino de proximidade, defendida pela população dos Casais de Além e outra, defendida pelo ministério, que é a da concentração. -----

Quanto ao processo, o Sr. Presidente disse que começa com a elaboração da Carta Educativa, feita com as mesmas regras para os onze municípios da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, critérios esses que partiam da legalidade e das instruções rigorosas dadas pelo ministério da educação, ou seja, que as escolas com menos de dez alunos encerravam. -----

O Sr. Presidente disse também ter ficado alarmado quando, na reunião havida em Vila Nova de S. Pedro com a população que nela compareceu, foi informado que no Concelho Vizinho de Vila Franca de Xira, havia escolas com menos de dez alunos que se mantinham abertas. Imediatamente se tentou confirmar tal situação, tendo chegado à conclusão que essa informação não correspondia à verdade. -----

O Sr. Presidente disse ainda ter-se disponibilizado, tanto na primeira reunião como na segunda, havida com a comissão de pais, para em conjunto orientarem formas de pressão com vista a evitar a concretização desta situação. No entanto a DREL foi peremptória, não só quanto ao encerramento da escola de Casais de Além mas também das de Casais das Boiças, Tagarro e Quebradas. -----

--- Terminado período destinado às intervenções do público, o Sr. Presidente da Mesa interveio para dar início ao período antes da ordem do dia destinado aos Senhores Deputados Municipais. -----

--- O Sr. Deputado João Couchinho interveio para se manifestar contra o encerramento da escola de Casais de Além, uma vez que, em sua opinião, de todas as escolas que estão previstas serem encerradas aquela é a que reúne as melhores condições para se manter em funcionamento. Referiu que a CDU se solidariza com a comissão de pais e as populações de Casais de Além e de Vila Nova de S. Pedro nas formas de luta necessárias com vista ao não encerramento da escola. -----

--- Interveio o Sr. Deputado José Alexandre para dizer que a intervenção que foi feita em Vale do Paraíso junto ao Pavilhão, deverá incluir também toda a rua 25 de Abril a nível de esgotos domésticos, águas pluviais e passeios. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Deputado Lavado dos Reis para lembrar que a situação dos esgotos em Manique do Intendente continua sem solução, bem como a saída dos esgotos do Cercal em Tagarro. Lembrou também outras situações ainda pendentes de resolução, como as obras e pequenas reparações no Jardim de Infância em Vale do Paraíso e na Escola de Vale do Brejo. Abordou também a forma abusiva do Governo no tratamento da questão do “nemátodo” dos Pinheiros. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para apresentar uma que moção, a qual passou a ler em voz alta: -----

---“**MOÇÃO** -----

Considerando que: -----

1) O Projecto Educativo de um Concelho deve sempre ser encarado de uma forma dinâmica, ajustado às necessidades e perspectivas de desenvolvimento futuro; -----

2) Nas circunstâncias específicas, a escola de Casais de Além, muito embora no momento presente não reúna o número de alunos exigido para ser mantida, tem perspectivas de o atingir e superar a curto prazo; -----

3) Existe um sério esforço por parte dos Pais e Encarregados de Educação para, utilizando os seus próprios recursos financeiros, manterem e melhorarem a escola em funcionamento com as melhores condições possíveis. -----

A Assembleia Municipal de Azambuja, reunida em 26 de Abril de 2007 delibera: -----

1) Recomendar ao Executivo Camarário que envide todos os esforços e meios para que a Escola de Casais de Além continue em funcionamento; -----

2) Informar a DREL que o Município de Azambuja assume os meios legalmente necessários para manter essa escola em funcionamento e, face a uma divergência na manutenção em funcionamento dessa escola, se recusa peremptoriamente a assumir o ónus do seu encerramento. -----

O Grupo do PSD”. -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para lembrar que a carta educativa é um documento monitorizado, evolutivo e válido até 2011, podendo ser alterado a qualquer momento de forma a adaptar-se à realidade do Concelho. -----

--- Tomou a palavra a Sra. Deputada Conceição Maurício para referir que a monitorização à carta educativa é feita todos os anos em Outubro. Nesta perspectiva, pergunta se a DREL se vincula a esta posição, uma vez que a informação que foi passada é de que a DREL teria dito que esta lei foi feita para fechar escolas e não para as reabrir, mesmo havendo situações que se alterem futuramente. Face a esta informação, a Sra. Deputada perguntou de que modo é que a Lei se molda à evolução da carta educativa e à sua monitorização anual. -----

A Sra. Deputada pretendeu também saber se a Câmara tem conhecimento das obras que estão a ser feitas na estrada que liga o Concelho de Alenquer ao nosso Concelho, nomeadamente, em OTA, que se consta ser a construção de uma aterro sanitário para lixos industriais, e qual o impacto que essa construção pode ter no Concelho de Azambuja. -----

Lamentou o facto de um dos assuntos que irá ser discutido na ordem do dia não ter ido à apreciação da Comissão do Plano. Como esse passo não foi dado a manutenção da referida comissão, nestes moldes, terá que ser repensada. -----

Terminou a sua intervenção felicitando a Câmara, na pessoa do Sr. Vereador Marco Leal, pelo agradável concerto, protagonizado pela Banda da PSP, realizado no EPAC na noite do dia 24 de Abril. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Hugo Caldeira para demonstrar a sua solidariedade para com a população de Casais de Além nesta luta contra o encerramento da escola, e para apresentar três requerimentos que, depois de os ter lido em voz alta, entregou à Mesa da Assembleia. -----

--- Pediu a palavra o Sr. Deputado João Couchinho para dizer que a CDU irá votar favoravelmente a moção apresentada pelo PSD. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Justino Oliveira para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto de situação de: Escola Almeida Grandella e respectivos arranjos exteriores; mini-parques infantis, um por acabar e outro por lançar; rotundas do Vale do Brejo, que foram destruídas com as obras de saneamento e a ligação desses esgotos à ETAR. -----

--- O Sr. Deputado Silvino Lúcio interveio de seguida para dizer que o Grupo do PS também irá votar favoravelmente a moção apresentada pelo Grupo do PSD. -----

--- Interveio também o Sr. Deputado Francisco Morgado querendo saber para quando está prevista a reparação do Telheiro da Escola de Tagarro. Referiu também que aquelas crianças estão privadas do computador que foi furtado aquando do assalto àquela escola. Lembrou que continua pendente de resolução a situação dos alcatroamentos em Casais das Boiças. Por último, manifestou interesse em saber como é que está a evoluir a situação do Lançamento do Concurso para Remodelação e Ampliação da Escola de Alcoentre. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

Sobre os esgotos de Manique do Intendente e Vale do Brejo esclareceu que, conforme já havia referido noutras reuniões, estas situações só serão resolvidas no âmbito do próximo quadro comunitário do QREN. Sobre as obras em alguns jardins e escolas disse estar hoje na ordem do dia a revisão orçamental que prevê as verbas destinadas às mesmas. Quanto às casas devolutas, o Sr. Presidente referiu que a única forma de chamar a atenção dos seus proprietários é a penalização através do IMI. --- Quanto ao Aterro Sanitário, sabe que está a ser construído em Alenquer um aterro para inertes e não para resíduos industriais, no entanto, trata-se de uma assunto de que se irá informar melhor. -----

Relativamente ao “Nemátodo” do Pinheiro, o Sr. Presidente referiu que dos Concelhos que foram abrangidos por este problema, o nosso foi o único que teve a iniciativa de organizar meios de informação junto da população, trazendo até Técnicos da Direcção Geral das Florestas. -----

--- Interveio o Sr. Deputado José Alexandre querendo saber para quando é que está prevista a realização dos arranjos em Vale do Paraíso, nomeadamente, no Pavilhão e envolventes. Sobre o tema do encerramento da escola, de Casais de Além, o Sr. Deputado disse que se iria abster de votar a moção porque a luta e a correcção a esta situação deveria ter sido feita anteriormente à decisão, quer pela Câmara e pela Junta de Freguesia quer por outras Instituições. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente da Mesa colocou a moção do PSD à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 28 votos a favor e uma abstenção. -----
Tendo chegado também à Mesa uma Moção do Grupo do CDU, o Sr. Presidente procedeu também em voz alta à sua leitura: -----

--- “MOÇÃO -----
--- *No próximo dia 1 de Maio celebra-se o Dia do Trabalhador, data com que estes assinalam a importância dos direitos de quem apenas possui para sobreviver a sua força de trabalho, pelo que tal data não é indiferente para a manutenção e defesa dos direitos sociais, económicos e culturais dos trabalhadores. -----
Nestes últimos anos, têm-se vindo a multiplicar os ataques aos seus direitos, mormente aqueles que lograram obter com a Revolução de Abril consagração constitucional. -----
A degradação contínua dos salários, o principal meio de subsistência dos trabalhadores, é uma realidade insofismável e que tem profundos reflexos na redução do poder de compra destes, na sua qualidade de vida e nas desigualdades sociais, de que o nosso país é campeão, batendo todos os demais da UE que integra. -----
Acresce, o aumento do desemprego gerado pelo encerramento das empresas decorrente da crise económica latente ou pela sua deslocalização para outras paragens, onde o preço do trabalho se apresenta melhor remunerador para o capital como recentemente foi vítima o concelho de Azambuja que viu assim desaparecer uma das suas mais emblemáticas empresas, a fábrica da Opel. -----
Ou as dificuldades na obtenção de emprego, quer por quem o perde, como aqui sucedeu, ou por quem dele precisa, sendo paradigmático o aumento do desemprego qualificado, como sejam os dos jovens recém licenciados, os quais já hoje atingem sectores cujas qualificações são precisamente aquelas de que o país carece para o seu desenvolvimento económico, designadamente na área das ciências. -----
Mas, particularmente é no estatuto constitucional do trabalho, mormente na proibição dos despedimentos sem justa causa, que agora assentam as baterias do patronato, é a chamada “flexisegurança” que mais não é do que a flexibilidade para despedir arbitrariamente e com segurança e pouca desta para o trabalhador. -----
Por isso, a data que ora se comemora, constitui momento de grande importância para alertar todos aqueles que vivem do seu salário e dos que dele carecem, para a necessária luta contra as iniciativas que se vislumbram no horizonte, e que têm eco não só num patronato ávido, como em algumas entidades oficiais, ditas independentes, estão neste caso o Sr. Presidente do Banco de Portugal, que recentemente veio a público fazer a defesa da redução dos salários, desta feita não pela manipulação da política económica, mas pela redução nominal dos mesmos, fundamentando-se em alegada “rigidez salarial”. -----
Finalizando, delibera assim esta assembleia por saudar todos os trabalhadores em mais esta sua comemoração do 1º de Maio, em liberdade. -----
O Grupo da CDU”. -----*

Após ter sido objecto de discussão, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a moção à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Nesta sua intervenção, o Sr. Presidente colocou também à votação a Acta da Reunião Ordinária de 22 de Fevereiro de 2007, a qual foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor e uma abstenção. -----

Foi também posta à disposição dos Senhores Deputados Municipais a correspondência entretanto recebida pela Assembleia. -----

Seguidamente, O Sr. Presidente iniciou o período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação deste ponto. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Silvino Lúcio para felicitar o Executivo pela execução da obra de abastecimento de águas às Virtudes e da obra, junto à E.N. 3, de modelação, drenagem e bacia de retenção das águas pluviais de Azambuja. -----

---- O Sr. Justino Oliveira interveio para saber se é a Câmara quem vai suportar os custos com a colocação de sinalética e toponímia nas ruas da Vila de Azambuja. Pediu também alguns esclarecimentos sobre outros assuntos mencionados neste documento como a conclusão da reabilitação da Avenida 25 de Dezembro em Vale do Brejo e selecção e tratamento do fundo documental do Centro Cultural Grandella. -----

--- Intervieram os Senhores Deputados Silvino Lúcio e João Couchinho para felicitarem a Câmara pela organização de mais uma edição da Festa da Avinho, em Aveiras de Cima. -----

--- O Sr. Deputado António Lavado dos Reis interveio para pedir alguns esclarecimentos ao documento, no tocante a Grupos sociais de Risco – Bairro dos Guardas de Alcoentre e às obras do saneamento básico em Aveiras de Cima. -----

--- A Sra. Deputada Conceição Maurício pediu também a palavra para felicitar a Câmara pela Festa da Avinho e para perguntar pelo dossier que o Gabinete de Actividade Económicas preparou e que ainda não foi dado a conhecer. -----

----De seguida interveio o Sr. Deputado José Alexandre questionando a Autarquia sobre a conclusão da colocação da sinalética na Freguesia de Vale do Paraíso. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio, uma vez mais, para prestar todos os esclarecimentos solicitados. Disse que a questão da toponímia, bem como a da bacia de drenagem estão inseridas no programa POLIS. Relativamente ao Bairro dos Guardas de Alcoentre - Programa Prohabita, está a ser negociado um protocolo com o Ministério da Justiça para que as casas daquele bairro revertam, através do regime de propriedade resolúvel, em habitação social. -----

O Sr. Presidente disponibilizou-se para realizar uma reunião destinada a mostrar o trabalho feito pelo Gabinete de Actividades Económicas. Quanto à sinalização em Vale do Paraíso, o Sr. Presidente disse que no próximo dia 8 de Maio chegarão o resto dos sinais. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Francisco Morgado para saber se a questão com a empresa que ganhou a hasta pública do Centro de Dia de Alcoentre do Centro Cultural Arouca já está resolvida. Colocou também outras questões como a situação do loteamento do Valentim em Tagarro, a rede de esgotos da Espinheira e a degradação da estrada que liga Vale dos Judeus a Quebradas. -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que estão a ser executadas as últimas redes de esgotos, que tiveram cabimento em termos de III Quadro de Apoio, e que são Torre de Penalva e Casais de Além. As redes que se fizeram a partir de agora terão de ser candidatas no âmbito do próximo quadro de apoio, ou no âmbito da concessão que há-de vir à Assembleia Municipal para aprovação, onde se inclui a rede de esgotos da Espinheira. Quanto à Cooperativa que ganhou a hasta pública do Moinho Pequeno em Alcoentre, o Sr. Presidente referiu ter já informado o empreiteiro que os preços apresentados ultrapassam em cerca de 14% os preços de mercado, pelo que teriam que ser revistos, baixando-os. -----

As obras como o Pavilhão do Vale do Paraíso e do Centro de Estudos de Alcoentre, são obras lançadas pela EMIA que devido a ter havido alteração tanto na Lei das Finanças Locais, como na Lei do Sector Empresarial do Estado, o Conselho de Administração da EMIA decidiu, cautelarmente, não fazer nem propor outras adjudicações, enquanto essas alterações não estiverem estudadas e aprovadas. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia para colocar à votação um requerimento do Grupo do Partido Socialista, acabado de chegar à mesa, para que a sessão da Assembleia apenas termine depois de esgotados os assuntos constantes da Ordem do Dia. Concluída a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 22 votos a favor e 6 contra. -----

Esgotada a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para um pequeno intervalo de cerca de 10 minutos. -----

PONTO 2 – ELEIÇÃO DE ELEMENTO PARA A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – SUBSTITUIÇÃO

---- A consenso dos 3 Grupos o ponto foi retirado e será presente na próxima reunião da Assembleia.

PONTO 3 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DAS TAXAS E COMPENSAÇÕES

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. ---

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para pedir, mais uma vez, a disponibilização de regulamentos deste género logo que sejam aprovados em Câmara. Referiu também que estes regulamentos devem ser apresentados às comissões respectivas da Assembleia Municipal para serem apreciados. Só assim estas comissões têm algum significado e sentido de trabalho. Deixou, entretanto, o aviso que, doravante, qualquer regulamento que não passe previamente pela comissão, o Grupo do PSD votará contra. -----

---- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta nº23/P/2007, tendo, a mesma, sido aprovada com 19 votos a favor do PS, 3 votos contra do PSD e 5 abstenções da CDU. -----

PONTO 4 – RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2006

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação deste ponto. -----

---- Interveio a Sra. Deputada Conceição Maurício para agradecer a colaboração dos Técnicos da Câmara por lhe terem esclarecido as dúvidas que tinha em relação a estes documentos. Porém, no que respeita à dívida que existe à Resioeste, lamentou não estar a mesma, de modo nenhum, espelhada nas contas apresentadas, afectando o resultado do exercício, principalmente, no que se refere ao resultado líquido a transitar para o ano seguinte. Registou, no entanto, com agrado o facto de as facturas da Águas do Oeste estarem contabilizadas este ano na rubrica “Facturas em Conferência”. -----

---- De seguida interveio o Sr. Deputado António Lavado dos Reis para perguntar se, depois de ser concluído o programa POLIS para a Freguesia de Azambuja, a Câmara pensa implementar também este tipo de programa para as restantes freguesias. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que o Programa POLIS era um financiamento que pertencia a um quadro de apoio destinado apenas às sedes de concelho ou cidades. No entanto, o próximo quadro comunitário de apoio vai privilegiar os apoios intermunicipais, estando a ser estudada, ao nível da CULT, uma candidatura de qualificação urbana que engloba algumas vilas e aldeias. -----

O Sr. Presidente disse ainda que, pela mesma razão que em 2005 não foram aceites as facturas da Águas do Oeste, em 2006 a generalidade das Câmaras que integram a Resioeste não aceitou a facturação daquela empresa. -----

---- A Sra. Deputada Conceição Maurício interveio novamente para refutar os esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente, dizendo que a Câmara pode discordar das facturas mas tendo comprado o serviço terá sempre que pagar um determinado valor para o ter. -----

---- O Sr. Deputado Luís Leandro também quis intervir nesta matéria para dizer que teve conhecimento de ter havido uma reconversão de capital na Águas do Oeste, não tendo sido, no entanto, uma preocupação da Câmara informar os restantes órgãos autárquicos sobre este ajuste de capital. Segundo o Sr. Deputado, esta reconversão deveria ter sido levada a reunião de Câmara e, posteriormente, a reunião de Assembleia Municipal. -----

--- Interveio o Sr. Silvino Lúcio para informar que o Grupo do PS irá votar favoravelmente este documento. -----

--- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta nº24/P/2007 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 16 votos a favor do PS, 3 votos contra do PSD e 5 abstenções da CDU. -----

PONTO 5 – APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO

--- Interveio a Sra. Deputada Conceição Maurício para informar que o Grupo do PSD irá votar favoravelmente esta proposta, não por concordar com os valores que nela vêm mencionados, mas porque as contas estão aprovadas e as percentagens são determinadas por Lei. -----

--- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta nº 25/P//2007 à votação, a qual foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor do PS e dos PSD e 5 abstenções da CDU. -----

PONTO 6 – REVISÃO ORÇAMENTAL

--- O Sr. Presidente interveio para fazer uma breve apresentação desta matéria. -----

--- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta nº 26/P/2007, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 18 votos a favor do PS e do PSD e 5 abstenções da CDU. -----

PONTO 7 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – INSTALAÇÃO E PROOSTA DE REGULAMENTO

--- O pedido do Sr. Presidente das Câmara o ponto foi retirado. Voltará numa próxima reunião.

PONTO 8 – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS – CONSTITUIÇÃO DE JÚRI

--- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta nº 22/P/2007, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 15 votos a favor do PS, 3 votos contra do PSD e 5 abstenções da CDU. -----

ACTA – APROVAÇÃO POR MINUTA

--- O Senhor 1º Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que a colocou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ENCERRAMENTO

--- Era uma hora e dez minutos do dia vinte e sete de Abril de dois mil e sete, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----